



GT 57. Migrações e Deslocamentos

Coordenador(es):

Natália Corazza Padovani (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

Angela Mercedes Facundo Navia (UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Este GT, proposto no âmbito do Comitê Migrações e Deslocamentos da ABA, visa reunir trabalhos que reflitam sobre diferentes “regimes de mobilidades”. Migrações e deslocamentos são objeto de processos de diferenciação vinculados a assimetrias e “localizações sociais”. Categorias como “permanência e mobilidade” são tensionadas nos processos de governamentalidade voltados para quais sujeitos e populações podem/devem permanecer e/ou mover-se. Exílios, expulsões e deslocamentos forçados são contrastados com imaginários sobre turismo e cosmopolitismo. Migrações e deslocamentos, assim, podem ser analisados frente ao modo como “viagens” e “refúgios”, por exemplo, diferenciam pessoas frente a categorizações de raça, gênero, sexualidade, classe, nacionalidade, geração, entre outras, as quais enredam práticas e normativas de segurança e proteção dos territórios e estados nacionais. Nos interessam trabalhos que examinem a produção de mobilidade/imobilidade, circulação/contenção, legalidade/ilegalidade; e/ou processos de subjetivação e a incidência de marcadores sociais na delimitação de fronteiras territoriais e sociais. A intenção é abranger pesquisas realizadas a partir de temas voltados para as várias formas de deslocamentos e “regimes de mobilidades” através de fronteiras, que podem ou não ser transnacionais. Consideramos que o deslocamento entre fronteiras das cidades, bem como urbanas, ou “rurais e urbanas”, podem trazer elementos etnográficos e analíticos ao debate proposto.

"Ganhar" e "perder" casa: as (i)mobilidades de mulheres nas periferias paulistas

Autoria: Isabela Vianna Pinho (colégio objetivo são carlos), Fernanda Mallak

Este artigo se propõe a relacionar dois processos distintos de ?ganhar? e ?perder? casa. Seja através de políticas de habitação social ou de ordens de despejo, o estado se faz presente no cotidiano de sujeitos e territórios específicos. A partir de duas pesquisas etnográficas em espaços e contextos diferentes, as autoras visam refletir sobre as (i)mobilidades de mulheres pobres no Brasil. No primeiro caso, a etnografia foi realizada em 2018 no bairro Eduardo Abdelnur, na cidade de São Carlos/SP. Quase mil moradias foram entregues em abril de 2016 pelo programa Minha Casa, Minha Vida faixa 1. O bairro está localizado em territórios considerados às margens da cidade, segregados geograficamente, dada a distância e dificuldade de acesso às centralidades e à malha urbana consolidada do município. Com isso, os ?regimes de mobilidade? se transformaram. Se, de um lado, ?ganhar? a casa assegura minimamente que mulheres não passem por deslocamentos forçados e que não migrem com frequência; de outro, prejudica (ou até inviabiliza) o deslocamento cotidiano, como para trabalhar e levar os filhos nas escolas. No segundo caso, a etnografia foi realizada entre 2018 e 2019 em Mogi das Cruzes/SP, no bairro Jundiapéba. Neste território 61 famílias ?perderam? suas casas em uma ação de reintegração de posse solicitada pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista. A situação representa uma trama de interesses e conflitos em torno da impossibilidade de permanência das moradias no entorno das torres de transmissão de energia. Com o olhar para as manifestações de poder do estado, temos de um lado a implantação de infraestrutura no bairro, do outro, um processo judicial para a remoção das moradias ?irregulares? com a justificativa do risco, sem nenhuma perspectiva de atendimento habitacional. A lógica estabelecida nas remoções intensifica as mobilidades e transitoriedades entre o próprio bairro, mas também para outros territórios. Esta situação, produzida pelo próprio estado nas margens, condiciona às famílias a serem migrantes do próprio país de origem pela ilegalidade a que estão sujeitas, marcados pela insegurança e constante transitoriedade. A



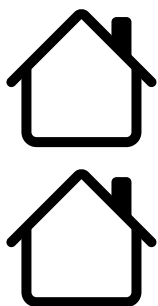
impossibilidade de fixação para uma parcela significativa da população, parece representar também a quebra constante dos espaços vividos, envolvendo as relações sociais, culturais e laços afetivos com o território. O que fica claro é que a cada remoção e mudança do seu espaço vivido, há uma forma de violência e privação de suas escolhas. O artigo visa analisar os possíveis efeitos de ações do estado, como os descritos, no cotidiano de mulheres pobres. De que formas essas trajetórias se encontram diante das (im)possibilidades de circulação e contenção, de permanecer ou mover-se no ?ganhar? e ?perder? a casa?



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: